

A atuação do arquiteto e urbanista no projeto social e na produção coletiva de habitação

The architect and urban planner's role in the social and collective housing design and production

El papel del arquitecto y urbanista en el proyecto social y en la producción colectiva de viviendas

Luana Paulichen, Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Arquitetura, Tecnologia e Cidades, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

E-mail: l.paulichen@gmail.com

Silvia Mikami Pina, Arquiteta e Urbanista, Professora livre docente na Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

E-mail: smikami@unicamp.br

Resumo

A produção de habitação na América Latina se apresenta, majoritariamente, dentro do campo de produção por meio do mercado e da autoconstrução. O incentivo econômico e jurídico dos governos ao modelo de compra das unidades e a baixa remuneração dos trabalhadores levou ao aumento da autoconstrução periférica a partir dos anos 1980. Nesse contexto, a organização social passou a ser instrumento de incorporação de melhorias na produção habitacional. O objetivo deste artigo é analisar o papel dos profissionais de Arquitetura dentro dos processos participativos de produção de habitação por meio do estudo de duas unidades-caso, uma no Brasil e outra no Uruguai. A abordagem busca explicitar a atuação e ação dos profissionais, as relações interpessoais, as funções diversas e o resultado efetivo do processo a partir de quatro eixos analíticos: contextos, relações, processos e resultados. Os resultados indicam diferenças políticas e sociais que levam às diferenças significativas na qualidade final do

produto em cada caso, bem como aos indicadores de aspectos positivos nas descrições, como a interdisciplinaridade e os diversos métodos de linguagem.

Palavras-chave: Produção coletiva; Processo participativo; Habitação social; Metodologia de projeto; Formas associativas.

Abstract

Housing production in Latin America is mostly within the field of production in the market and self-construction. The government's economic and legal incentive to purchase units and the low remuneration of workers led to an increase in peripheral self-construction from the 1980s onwards. In this context, social organization has become an instrument for incorporating improvements in housing production. The objective of this work is to analyze the role of architecture professionals within the participative processes of housing production through the study of two case units, one in Brazil and the other in Uruguay. The approach seeks to make explicit the performance and action of professionals, interpersonal relationships, diverse functions and the effective result of the process, based on four analytical axes: contexts, relationships, processes and results. The results indicate political and social differences that lead to significant differences in the final quality of the product in each case, as well as indicators of positive aspects in the descriptions, such as interdisciplinarity and the various language methods.

Keywords: Collective production; Participatory process; Social housing; Design methodology; Associative forms.

Resumen

La producción de viviendas en América Latina se realiza principalmente en el campo de la producción a través del mercado y la autoconstrucción. El incentivo económico y legal del gobierno para comprar unidades y la baja remuneración de los trabajadores llevaron a un aumento de la autoconstrucción periférica a partir de la década de 1980. En este contexto, la organización social se ha convertido en un instrumento para incorporar mejoras en la producción de viviendas. El objetivo de este trabajo es analizar el papel de los profesionales de la arquitectura dentro de los procesos participativos de producción de viviendas a través del estudio de dos unidades de caso, una en Brasil y la otra en Uruguay. El enfoque busca hacer explícito el desempeño y la acción de los profesionales, las relaciones interpersonales, las diversas funciones y el resultado efectivo del proceso, basado en cuatro ejes analíticos: contextos, relaciones, procesos y resultados. Los resultados indican diferencias políticas y sociales que conducen a diferencias significativas en la calidad final del producto en cada caso, así como indicadores de aspectos positivos en las descripciones, como la interdisciplinariedad y los diferentes métodos de lenguaje.

Palabras clave: Producción colectiva; Processo participativo; Vivienda social; Metodología de proyecto; Formas asociativas.

INTRODUÇÃO

A produção de moradias, em boa parte da América Latina, se desenvolveu em processos semelhantes, sobretudo pelas situações políticas às quais estavam submetidas. No início do século XX, as cidades estavam repletas de imóveis particulares para locação. Contudo, já em meados do século XX, iniciaram-se os movimentos de mudança de investimentos incentivados pelos governos federais de diversos países, que levaram à retirada dos ativos em imóveis para o investimento em outros campos, como a indústria. O aumento dos aluguéis e a diminuição da oferta de unidades habitacionais para locação levou os cortiços e casas coletivas a ficarem mais atrativos (BARENBOIM; AGUDELO, 2010; BONDUKI, 1998). A coesão social surgida a partir desses espaços de moradia e a ascensão dos ideais higienistas nesse período, levaram os governos a intervir diretamente naqueles espaços, inclusive chegando à demolição de alguns edifícios (BONDUKI, 1998; VAZ, 2002). Naquele contexto, poucas alternativas restaram à classe trabalhadora no acesso à moradia, a não ser a modalidade da autoconstrução em loteamento distante dos centros e sem infraestrutura urbana. Os loteamentos periféricos se multiplicaram, somados à autoconstrução a partir da força de trabalho do núcleo familiar e dos amigos (CHINELLI, 1980; MARICATO, 1982). Esse modelo de autoprodução está presente, também, em boa parte dos países latino-americanos (FLORES, 2011).

No final do século XX, organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o BID, incentivaram os países em desenvolvimento a promover a produção habitacional de mercado a partir da propriedade individual, hipoteca e urbanização voltada para a infraestrutura (GONZÁLEZ, 2011; MIOTO, 2015). A ampliação do crédito e os subsídios à demanda incentivaram a aquisição da casa própria e a poupança (BOLAFFI, 1979; MARICATO, 1982). Mais famílias morando nas periferias, crise econômica e índice de desemprego subindo levaram à busca pela organização social como instrumento para melhor condição da moradia. Em 1987, foi fundada no Brasil, a União dos Movimentos por Moradia, que passou a articular e mobilizar os movimentos de moradia. Na cidade de São Paulo, a aproximação de alguns profissionais aos grupos organizados resultou na formalização de propostas e no início de pleito junto ao poder público, que culminaram em políticas municipais, estaduais, até chegar à instância federal, a partir da inserção da modalidade Entidades no Programa Minha Casa Minha Vida, na década de 2000 (MINEIRO; RODRIGUES, 2012; RIZEK; BARROS; BERGAMIN, 2003; RONCONI, 1995).

Outros países tiveram experiências similares, guardadas as devidas características socioculturais e políticas. No Uruguai, na década de 1960, durante uma forte crise econômica e social que aumentou as taxas de desemprego, foram realizados três empreendimentos habitacionais pilotos a partir de recursos internacionais, nos modelos cooperativistas (CECILIO, 2015). O resultado positivo gerado foi de agrado, tanto por parte do governo quanto dos movimentos sociais que, iniciamente, foram contra a nova abordagem (GONZÁLEZ, 2013). A Lei n. 13.728, de 1968, conhecida como *Ley Nacional de Viviendas*, instituiu as três principais formas de acesso à moradia do país: os fundos sociais, a produção privada e a forma cooperativa (URUGUAY, 1968). Com isso, os diversos estratos sociais passaram a ser atendidos no escopo da produção de habitação e as organizações cooperativas se fortaleceram (BARENBOIM; AGUDELO, 2010; URUGUAY, 1968).

No final dos anos 1980 e no início dos 1990, com o surgimento dos grupos organizados voltados para a produção de habitação no Brasil e um esforço das cooperativas uruguaias pela disseminação do modelo cooperativista para os demais países latino-americanos, ocorreu uma série de eventos que influenciaram ambos os contextos (BARAVELLI, 2006; GONZÁLEZ, 2013). Essas experiências são relevantes e ricas, pois quebraram alguns paradigmas com relação ao papel dos profissionais e deram voz ativa aos usuários. Alguns estudos buscaram registrar e sistematizar parte dessas experiências: o registro dos primeiros anos de trabalhos em São Paulo (BONDUKI, 1986); o registro histórico de início, a construção da política pública, suas bases jurídicas e alguns estudos de caso no Uruguai (NAHOUM *et al.*, 2008); uma narrativa do surgimento da FUCVAM (GONZÁLEZ, 2013); um histórico das políticas públicas associadas à produção coletiva no Brasil (MINEIRO; RODRIGUES, 2012); uma análise de terminologias associadas às práticas profissionais junto às demandas coletivas no Brasil (SANTO AMORE, 2016); e o inventário da produção brasileira (MARTINS, 2019) e uruguaia (VALLÉS; CASTILLO, 2015).

Tendo em vista a discussão já realizada, identificou-se uma lacuna de pesquisa no âmbito do papel dos profissionais dentro dos processos participativos em relação à atuação e à influência dessa atuação durante todo o processo. O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar o papel dos profissionais de arquitetura dentro dos processos participativos de produção de habitação por meio do estudo de duas unidades-caso, uma no Brasil e a outra no Uruguai. A abordagem busca explicitar a atuação e ação dos profissionais, as relações interpessoais, as funções diversas e o resultado efetivo do processo, a partir de quatro eixos analíticos: contextos, relações, processos e resultados.

O PAPEL DO PROFISSIONAL DE ARQUITETURA NA PRODUÇÃO SOCIAL E COLETIVA DE HABIT

Para subsidiar a análise da atuação e ação social do profissional arquiteto e urbanista no projeto, foram selecionados dois casos, um no Brasil e outro no Uruguai. Para essa seleção, utilizou-se dos seguintes critérios: prática de assessoria ou assistência técnica na produção de unidades habitacionais; local de atuação (RMSP, Brasil; Montevidéu, Uruguai); período de atuação¹. Os casos selecionados foram: Comviva arquitetura e urbanismo, em São Paulo, e Hacer Desur, em Montevidéu.

Após o contato prévio, foram agendados encontros presenciais para a coleta de depoimentos com base em roteiro previamente encaminhado.² Os depoimentos foram gravados em áudio e transcritos, posteriormente. O roteiro de temáticas foi desenvolvido voltando-se às questões de método de atuação e função dos profissionais: o início de projetos com a utilização de processos participativos e envolvimento da comunidade; nivelamento de linguagens verbais e visuais; descoberta de problemas; seleção, implementação e avaliação de metodologia;

1 Para maior detalhamento da metodologia de seleção dos casos, ver dissertação de mestrado

2 Os procedimentos de consulta foram aprovados conforme parecer nº 3.231.839/2019 do Comitê de Ética em Pesquisa.

tomada de decisão coletiva ou técnica; tratamento de questões restritivas; processos continuamente abertos; relação entre técnicos e usuários e a influência das práticas participativas no aprimoramento da atuação profissional (ARANTES, 2002; ARAVENA; IACOBELLI, 2016; BLUNDELL-JONES; PETRESCU; TILL, 2005; FERRO, 2006; HABRAKEN, 1986; LAWRENCE, 1987; SANOFF, 1978, 1990, 2000). Cada unidade-caso será descrita em formato narrativo a partir dos quatro eixos analíticos propostos: contexto, relações, processos e resultados, sendo, posteriormente, discutidos os temas individualmente.

UNIDADE-CASO 1: COMVIVA ARQUITETURA E URBANISMO, BRASIL

Com sede na cidade de São Paulo, o escritório Comviva Arquitetura e Urbanismo foi fundado no ano de 2018, pela arquiteta Fabrícia Zulin, e atua numa variedade de frentes para diversas faixas de renda. Embora seja de fundação recente na figura da sua proprietária, tem experiência de mais de dez anos no contexto de habitação social. No ano de realização da pesquisa (2019), o escritório contava com duas arquitetas e duas estagiárias, estudantes de Arquitetura. A Comviva desenvolveu e continua atuando em projetos junto às associações de moradores da região de Diadema e outras localidades. Essas associações são grupos de famílias de baixa renda que optaram pelo modelo de associação para obter melhores condições, como a compra de terrenos e assistência técnica.

Um dos casos destacados pela profissional foi o empreendimento desenvolvido no loteamento Canhema II, em Diadema, SP, descrito a seguir. A contratação do Comviva ocorreu após a compra da gleba e divisão em lotes, feita por outros profissionais. A partilha para 98 famílias propiciou lotes entre 42 m² e 75 m². Num primeiro contato, foram realizadas reuniões para explicar as possibilidades, demonstrar restrições e ouvir as dúvidas e sugestões dos moradores. Para facilitar a compreensão das questões técnicas, foram desenvolvidos materiais como cartilhas, diagramas e plantas com *layout*. Para os projetos foi utilizada uma abordagem de casas evolutivas, considerando as restrições orçamentárias e os usos das famílias, muitos casos com núcleos multifamiliares ou usos mistos (Figuras 1, 2 e 3). Durante o processo, porém, as profissionais perceberam que, após as reuniões, filas se formavam para consulta pelos moradores em busca de intervenções individuais nos projetos de suas moradias. Por esse motivo, optou-se pela nova abordagem com plantões de atendimento individual.

Projeto Moradia Evolutiva - Unifamiliar

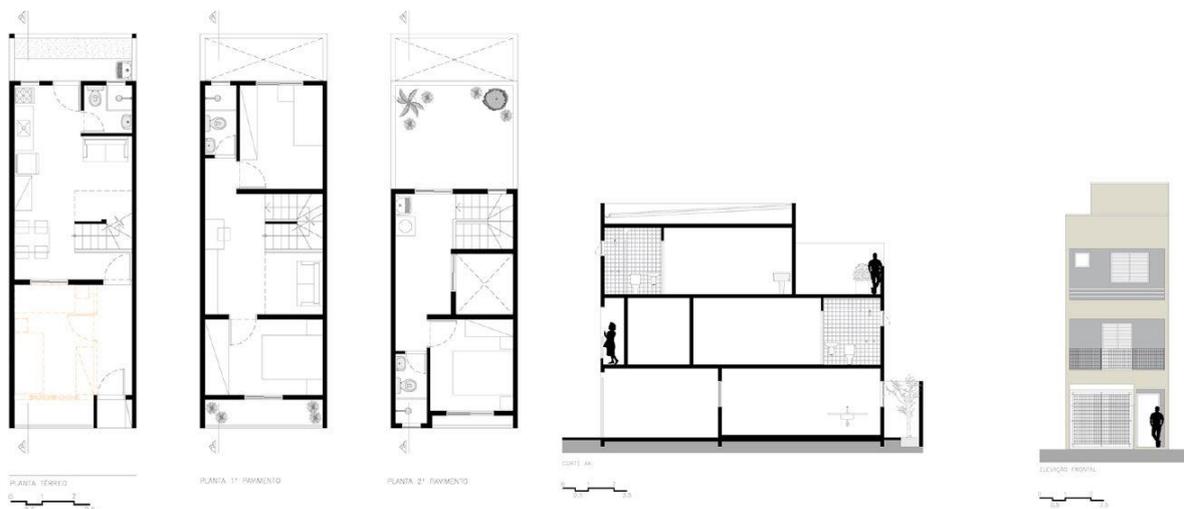


Figura 1: Imagem montagem de plantas e cortes da moradia evolutiva unifamiliar. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de material disponível em www.comvivaarquitectura.com.br

Projeto Moradia Evolutiva - Uso misto

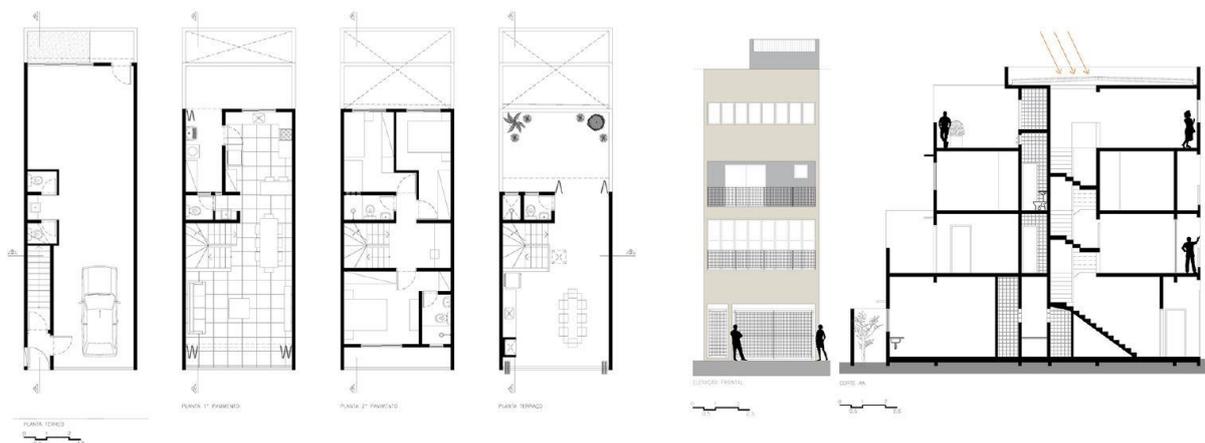


Figura 2: Imagem montagem de plantas e cortes da moradia evolutiva de uso misto. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de material disponível em www.comvivaarquitectura.com.br

Projeto Moradia Evolutiva - Multifamiliar

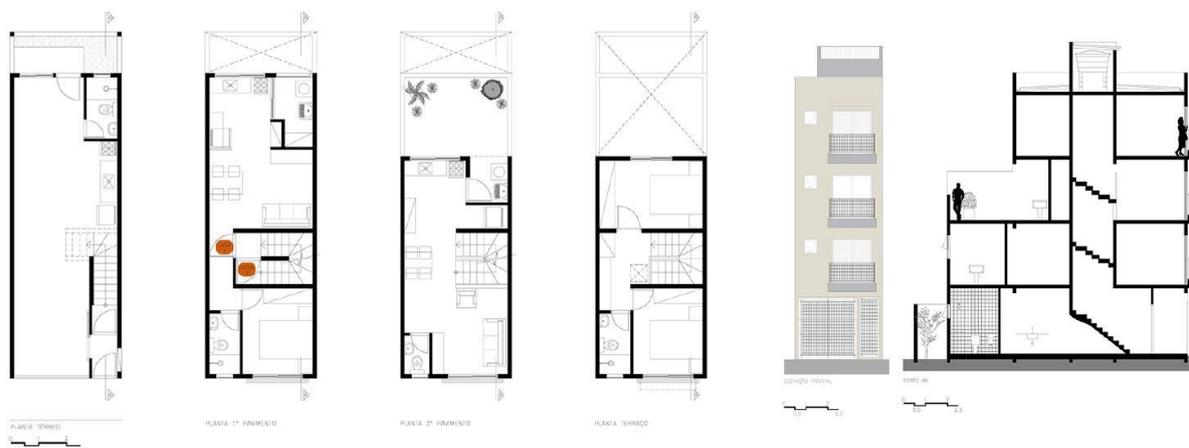


Figura 3: Imagem montagem de plantas e cortes da moradia evolutiva multifamiliar. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de material disponível em www.comvivaarquitectura.com.br

As relações de contato foram, inicialmente, distantes e houve certa visão tecnicista dos moradores por parte dos profissionais. Houve, também, certo despreço pela intervenção no planejamento quando ele contrariou os interesses estabelecidos pelo senso comum: a construção de 100% da área de terreno e o desrespeito às normas de uso e ocupação. Esse tipo de abordagem caracteriza-se, no ideário popular, como sinônimo de qualidade, relacionado à quantidade de metros quadrados construído. Ao confrontar esse ideal e propor qualidade associada a outros elementos, como a ventilação e iluminação natural e o planejamento de ampliações, as profissionais precisaram, também, gerar empatia e promover convencimento a partir de exemplos bem-sucedidos. Alguns moradores receberam bem as intervenções, outros não.

As discussões foram realizadas perante elementos gráficos. Algumas famílias compreenderam bem a linguagem das plantas, cortes e perspectivas e facilmente conseguiam discutir as ideias, ao passo em que outras demandaram alternativas didáticas, como o desenho dos ambientes no piso para compreensão da escala real. Foi na obra, porém, que as discussões foram mais efetivas e os moradores aparentaram estar mais seguros da compreensão. O diálogo é o fator de maior peso nas discussões, acima dos elementos gráficos.

Durante o desenvolvimento do projeto, as profissionais estiveram em constante diálogo com a Prefeitura, devido à peculiaridade desse loteamento e a dificuldade em adequá-lo aos padrões de emissão de documentação para a obra. As restrições econômicas quase não geraram pontos de conflito no planejamento, pois para essas famílias a obra está em constante desenvolvimento e não precisa ter um fim previsto, nem um orçamento fechado. Para a arquiteta, essa visão gera contextos de baixa salubridade, pois movidos pela necessidade de diminuição de custos de aluguel, optam por mudar-se para as casas ainda em construção, vivendo nesse ambiente sem previsão de término das obras. A solução proposta foi a construção e finalização de ambientes completos antes de iniciar outros, na lógica das moradias

evolutivas. O contexto multifamiliar de muitos casos também requereu um olhar atento para organizações de acesso e privacidade, promovendo possibilidades de coabitação e a possibilidade de outros usos, como serviço e comércio.

Pela similaridade dos projetos arquitetônicos e a quantidade foi possível a realização de projetos estruturais com preço acessível. A organização das famílias aptas a iniciar a execução logo após a finalização do projeto também permitiu a contratação de acompanhamento das obras pela divisão dos custos. Após alguns meses, porém, a inadimplência de alguns moradores resultou na paralização do acompanhamento, que só foi restabelecido mediante apoio financeiro a partir da Primeira Chamada Pública de Apoio Institucional do CAU/BR, de 2015. O acompanhamento priorizou as questões estruturais e de salubridade, deixando por conta dos moradores as alterações estéticas. A técnica construtiva utilizada foi estrutura de concreto armado com tijolo cerâmico. Pequenas adições tecnológicas foram implantadas, como as vigas para laje pré-moldadas.

Os resultados obtidos no processo do loteamento Canhema II representam a soma de inúmeras iniciativas num longo trabalho interdisciplinar iniciado em 2013 e ainda em execução. A organização das famílias, o atendimento coletivo e individual, a busca pela qualidade nas discussões e entendimento de ambas as partes, as questões sanitárias, de conforto e legais, a regularidade das obras junto ao poder público, qualidade de projeto arquitetônico e estrutural, bem como o acompanhamento da execução propiciaram a essa experiência os resultados esperados do ponto de vista de qualidade das unidades, atendimento das necessidades dos usuários e relação de afeto junto ao objeto final – a casa. O processo de produção coletivo foi a estratégia que possibilitou tais resultados.

UNIDADE-CASO 2: HACER DESUR, URUGUAI

Situado na cidade de Montevidéu, Uruguai, a cooperativa de trabalho Hacer Desur foi fundada no ano de 1991 por profissionais de áreas diversas. Sua atuação é voltada, prioritariamente, para programas de habitação numa perspectiva de direitos. No ano de realização da pesquisa (2019) o escritório contava com três arquitetos, quatro técnicos da área social, um contador e uma escritã. O contexto no qual se encontra o grupo define a constituição dos institutos de assistência técnica (IAT) com relação a sua composição e funções, como a obrigatoriedade de exercer atividade com, pelo menos, um profissional de cada área essencial. O ingresso do arquiteto Jorge Casaravilla (cedente do depoimento) no IAT deu-se a partir de convite de outro arquiteto integrante.

As famílias atendidas pelo IAT são grupos organizados socialmente, que buscam sua formalização como cooperativa e o acesso às verbas federais. O IAT atua desde a organização formal, passando pela seleção de terrenos, compra, desenvolvimento de projeto, gestão de obras, até a entrega das unidades. A primeira parte do processo é realizada, majoritariamente, pelos técnicos sociais, que desenvolvem atividades de integração buscando criar laços e, posteriormente, atuam os arquitetos para o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos.

O trabalho é coletivo do começo ao fim, com momentos de atividades em grupos maiores e menores. Conversas são intermediadas por materiais gráficos, como

plantas e diagramas, e são discutidas as abordagens do ponto de vista da materialização, evitando os conflitos entre indivíduos. As imagens abaixo (Figura 4) demonstram um dos momentos de projeto em que, a partir do terreno, pequenos grupos desenvolvem propostas de implantação que serão, posteriormente, discutidas pelo grupo maior e desenvolvidas pelos arquitetos. O imaginário das famílias uruguaias estabeleceu como material ideal o tijolo aparente, que vem das primeiras cooperativas habitacionais como símbolo dessa modalidade de produção, estando, também, associado à ideia de solidez, estabilidade da construção. A introdução de novos materiais é, hoje, um paradigma tanto técnico quanto social.

Elaboração da implantação



Figura 4: Imagem montagem de implantações elaboradas por grupos pequenas em dinâmica participativa. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de material disponibilizado pelo Instituto de Assessoria Técnica Hacer Desur.

O exemplo de inovação levantado durante o depoimento foi a cooperativa COOVIJUNTOS, localizada em Montevideu, que selecionou a técnica construtiva de composição mista de concreto, tijolo e *steel frame*. A tecnologia foi proposta por um dos cooperativistas e a execução foi facilmente desenvolvida pelas mulheres. O trabalho cooperativista feminino é um fator crucial, pois é proporcionalmente maior que o masculino.

As visitas à obra são realizadas periodicamente pelos arquitetos e, quando surgem conflitos, os técnicos sociais também atuam. A organização durante a obra é similar a uma empresa, com responsabilidades e prazos e a Figura 5, a seguir, ilustra essa organização. As famílias são distribuídas em grupos de trabalho e os líderes de cada grupo realizam reuniões semanais para discussões e definições do que será trabalhado durante a semana. O mestre de obra é

incubido da tarefa de repassar conhecimentos de construção para os cooperados, fato que permite a qualificação da mão de obra e resulta numa construção de melhor qualidade. Desde o contexto de projeto, passando pela etapa de obra, o posicionamento do IAT é sempre de proposição, deixando a tomada de decisões para os cooperativistas. As restrições econômicas são elementos definidores dos projetos e as normas federais também restringem bastante as unidades. Cabe aos IATs buscar alternativas de inovação dentro das poucas possibilidades.

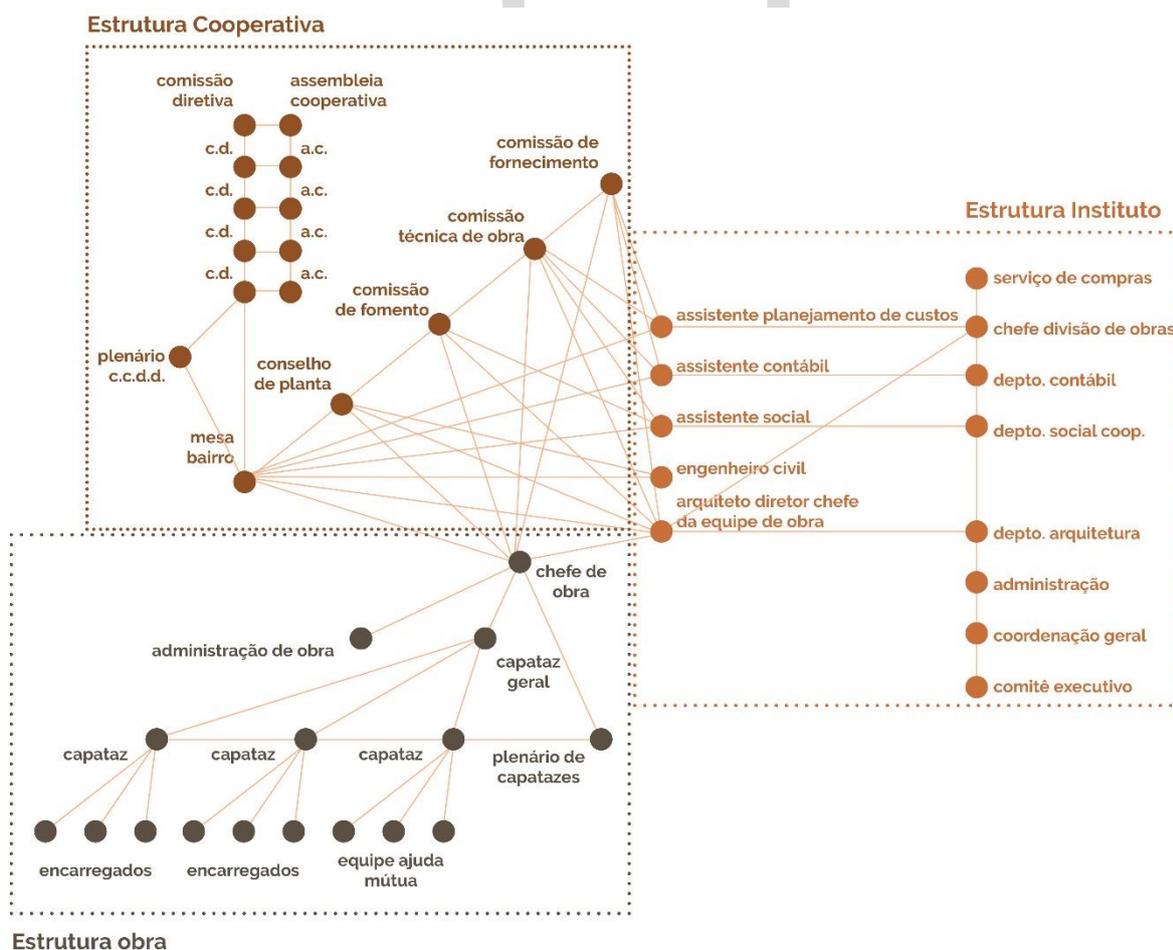


Figura 5: Releitura de organograma da relação entre Cooperativa, IAT e Obra em um programa assessorado pelo IAT CEDAS, no Uruguai. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de Kruk (2008).

Os resultados no desenvolvimento do empreendimento COOVIJUNTOS apontam para vários elementos relevantes. A organização formal realizada pela equipe jurídica, a organização social desenvolvida pela equipe de técnicos sociais e, por fim, o desenvolvimento do projeto formal e a administração da obra culminaram em processos com baixos índices de conflito, mesmo com o emprego de novas tecnologias e mão de obra cooperativista.

RESULTADOS

O contexto variado relacionado a cada unidade-caso nos dois países incorpora aspectos específicos nas perspectivas e abordagens. Na experiência brasileira, o modelo associativo das famílias ainda não é algo corriqueiro e não há leis específicas que direcionem a organização de ONGs ou cooperativas de moradia. Em contrapartida, no caso uruguaio, o aparato da lei condiciona e conduz o modelo organizativo de cooperativas de habitação num contexto muito mais regrado e fixo, além de maior amplitude no formato de apoio, importante para o sucesso do processo. O histórico de práticas cooperativistas também incentiva a credibilidade no trabalho associativo. No Brasil, o incentivo pelas iniciativas individuais marca a produção de moradias há mais de 60 anos, motivo pelo qual essa abordagem tem mais apreço e apelo.

A experiência de cada unidade-caso analisado apresenta-se de maneira muito distinta. A introdução das práticas coletivas no contexto de atuação da Comviva Arquitetura deu-se, inicialmente, de modo informal, sendo, hoje, parte do escopo de práticas do escritório. Os métodos utilizados foram descobertos e desenvolvidos ao longo de cada trabalho, numa sucessão de tentativas, erros e acertos, desvendando um novo caminho, pouco estudado e praticado na formação na universidade, embora a convergência e importância de canteiro e desenho (FERRO, 2006), no ensino de Arquitetura e Urbanismo, já tenha sido mais estruturante em décadas anteriores. Já na Hacer Desur, o arquiteto Jorge, todavia, teve seu contato com as cooperativas de habitação de berço – nasceu e cresceu em uma casa construída e gerida por uma cooperativa. Assim que terminou os estudos acadêmicos, recebeu convite para integrar o IAT, passando a trabalhar com outros arquitetos e demais profissionais, que transmitiram suas experiências. A estrutura da política federal uruguaia incentiva e estrutura a formação de IATs, abrindo essa possibilidade de atuação aos profissionais de arquitetura de maneira formal.

A interdisciplinaridade surge, no caso Brasil, quando as demandas específicas direcionam a contratação de engenheiro e mestre de obra. Essa contratação tem caráter utilitário, traz economia e segurança para as famílias e precisa ser defendida nesses para sua contratação. No caso uruguaio, a estrutura do IAT já conduz o trabalho interdisciplinar em todo o processo, não cabendo a escolha via utilidade prática, mas à obrigatoriedade estipulada em lei.

A relação entre os usuários e os técnicos é variada. No exemplo brasileiro, o início da atuação partiu de um trabalho em andamento. Com isso, muitas discussões que seriam de âmbito coletivo já estavam cristalizadas e alguns conflitos já haviam sido instaurados. A busca individualizada de interesses, somada à resistência da profissional na insistência pelo cumprimento da legislação edilícia, trouxeram algumas dificuldades ao processo. O diálogo e o trabalho individual foi crucial para chegar num consenso entre as partes, expressando o grande trabalho de conscientização a ser feito junto aos moradores sobre a salubridade e o conforto das moradias. No caso uruguaio, a experiência prática do IAT em trabalhos no mesmo contexto, a atuação multidisciplinar com profissionais das ciências sociais e a cultura cooperativista da sociedade facilitaram algumas questões, não eximindo os processos de conflitos, porém dando mais ferramentas para as resoluções.

As relações interpessoais durante a obra também apresentam variações. No caso brasileiro, cada obra foi gerida pela própria família, por autoconstrução ou contratação de pequena empreitada, cabendo aos profissionais a fiscalização e orientação. As famílias que atuam via autoconstrução geralmente são pouco qualificadas, o que acaba refletindo na qualidade da habitação e no maior tempo de execução. A construção individualizada permite a customização das unidades, porém traz consigo grandes diferenças na qualidade da execução. No caso uruguaio, as relações de obra respeitam certa hierarquia de atividades, com equipes destinadas a realizar tarefas específicas. O trabalho em conjunto e a especialização dos grupos propicia a padronização, aumento da qualidade e a entrega simultânea dos apartamentos completos.

Os processos podem ser divididos entre organização social, projeto e aprovação. No caso brasileiro, a organização social foi realizada pelos próprios profissionais de arquitetura. O projeto de aprovação ocorreu em embates com o poder público, buscando resolver a burocracia e no processo de obra, e a parceria com engenheiro trouxe segurança ao resultado final. No caso uruguaio, a organização social foi facilitada pela atuação dos técnicos sociais. Durante a aprovação, os diálogos aconteceram entre técnicos da Prefeitura e arquitetos.

O resultado final de cada experiência é bastante diverso, seja pela organização das unidades, pela composição estética, escolha de materiais e execução, é possível observar as diferenças entre um trabalho coletivo que segue para uma finalização individual de um trabalho que é coletivo do início ao fim. Ambos os projetos apresentam qualidades técnicas, organizativas, salubridade e soluções construtivas para os desafios ao que se propuseram. A Figura 6 representa essas diferenças e também o resultado final de cada processo.



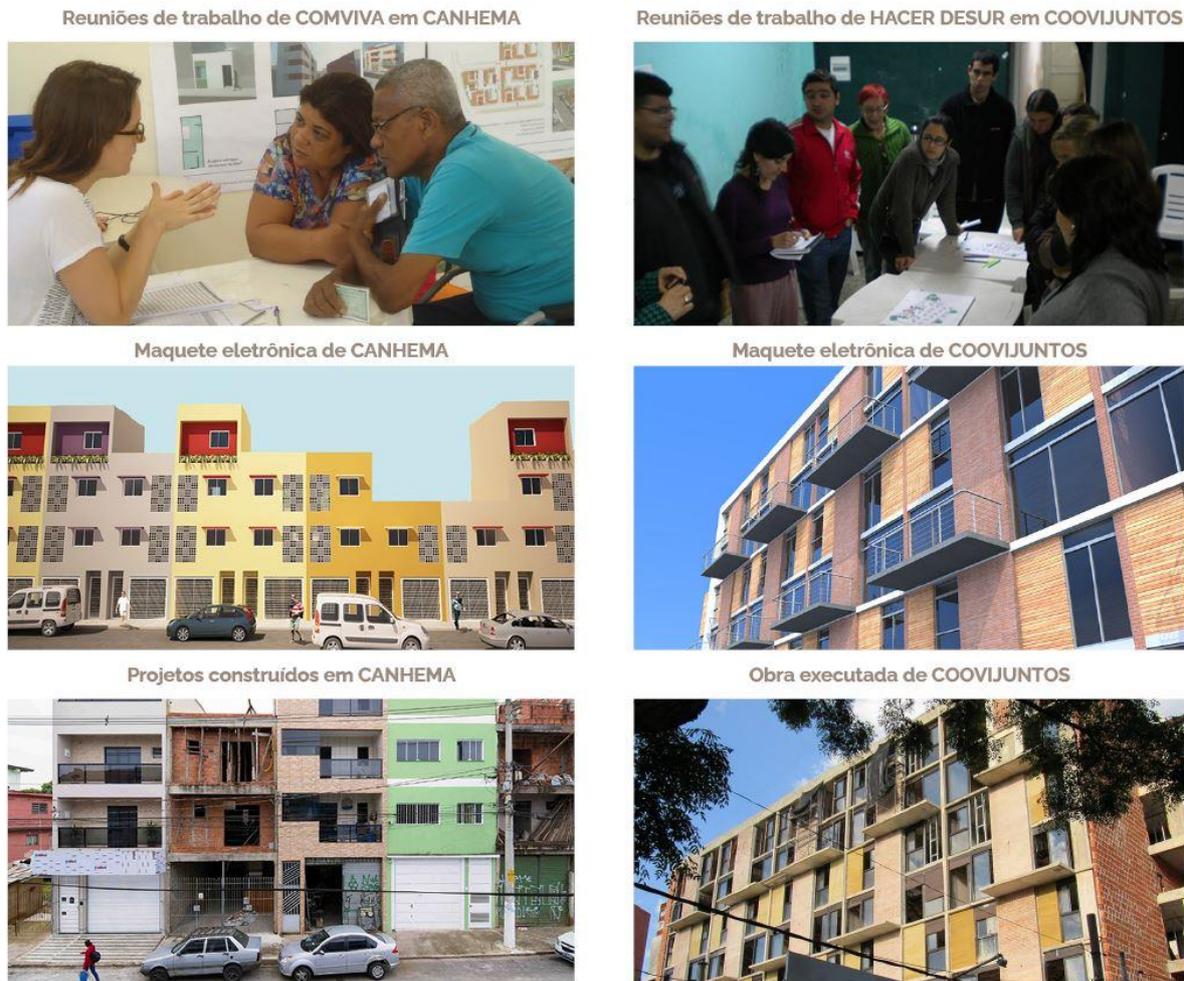


Figura 6: Reuniões, desenvolvimento e projetos executados dos casos descritos. À esquerda, processo e resultado do escritório Comviva Arquitetura e Urbanismo. Do lado direito, processo e resultado do IAT Hacer Desur. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de comvivaarquitetura.com.br e imagens cedidas pelo IAT HacerDesur.

DISCUSSÃO

A base de cada decisão e organização é político-social. O incentivo pela organização vem de algo muito maior do que os indivíduos, presente na sociedade: o entorno imediato ao qual estão expostas. O contexto econômico das famílias é condicionante para a opção que tomam, em associar-se para obter melhores condições dentro da cidade e na produção da moradia. A presença de incentivos do governo, principalmente econômicos, para essa associação tem grande influência.

A experiência comparada dos profissionais revela as dificuldades em se atuar no âmbito da arquitetura no contexto brasileiro de moradias de baixa renda, devido à inexistência de políticas públicas de fomento ou mais associações civis que possam organizar demandas de grupos, como as famílias atendidas no bairro Canhema II. Não são ignoradas as dificuldades presentes no contexto uruguaio, porém a presença de uma política forte de manutenção dessa modalidade

fortalece o crescimento do número de profissionais interessados e, com isso, aumenta as possibilidades para as famílias.

Para o caso brasileiro, destaca-se um ganho significativo de qualidade de projeto com processo de assessoria técnica desde o início, apropriado pela associação coletiva dos moradores. Ficam evidentes benefícios do agenciamento espacial dos ambientes, ventilação, insolação e iluminação, acessos e escadas. Sobretudo, o benefício mais importante é a estratégia projetual de moradia evolutiva (BARROS; PINA, 2012) que possibilita uma construção em etapas onde o morador-construtor, além de ter o horizonte do projeto final completo, pode morar de forma apropriada enquanto realiza as etapas subsequentes da obra. Nesse universo, pode haver um ganho ainda maior com a adição de estratégias do conceito ampliado de flexibilidade das possibilidades formais, técnicas e de uso (SCHNEIDER; TILL, 2005; PAULICHEN; LEITE; PINA, 2019).

A interdisciplinaridade é elemento chave na melhoria dos processos, bem como o desenvolvimento de linguagens comuns entre os atores. Essas relações, ora conflituosas, ora pacíficas, podem ser a externalização de dificuldades de compreensão propiciadas pelo desconhecimento da linguagem. A busca pelo consenso entre as partes frutifica num acordo e cristaliza-se no interesse comum pelo resultado final planejado, o que diminui necessidades de mudança durante a obra e garante um objeto final de qualidade.

Ficou explícito, pelo estudo de caso realizado, que o papel dos profissionais de Arquitetura nos processos coletivos de produção de habitação vai além do escopo de projeto, mas relaciona-se com as diversas etapas que caracterizam a construção de um empreendimento coletivo de moradia: a organização social, o projeto arquitetônico, o planejamento com base nos recursos e legislação, o atendimento das questões de salubridade e técnicas construtivas, os processos de aprovações legais nos órgãos competentes, a gestão de obra, a orientação de técnicos e gestão de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs analisar o papel dos profissionais de arquitetura dentro dos processos participativos de produção de habitação por meio de um estudo de caso com duas unidades-caso, uma no Brasil e outra no Uruguai. Os resultados indicaram diferenças políticas e sociais que levam às diferenças significativas nos objetos finais produzidos em cada caso, bem como aos indicadores de aspectos positivos nas descrições, como a interdisciplinaridade e os métodos de linguagem.

A existência de uma política que incentiva e subsidia a prática profissional de assessoria técnica, somada à disponibilidade de verba para a execução de empreendimentos associados aos processos participativos é elemento fundamental no contexto de produção de moradias elaboradas participativamente, pois dá fundamento e fortalece a criação e manutenção de muitos agentes no contexto de produção de habitação. Os resultados obtidos em cada processo destacam as diferenças entre os métodos, tanto do ponto de vista do projeto quanto da execução, valorizando a figura do arquiteto como profissional-chave na articulação entre agentes, linguagens e processos. Esse

aspecto reflete, sobretudo, na formação dos arquitetos e urbanistas, ressaltando a importância do posicionamento da Arquitetura e Urbanismo brasileiros, consciente das questões e especificidades locais, ressaltado por Ferro (2006) ao criticar a formação eurocentrada das escolas (SANTOS, 2006). Nesse sentido, esse posicionamento precisa convergir o canteiro e o desenho como estruturante nos cursos de Arquitetura (e não complementar, como ocorre), acompanhado da reflexão crítica sobre o saber-fazer e a materialização do traço e a consequente seleção da opção tecnológica construtiva.

Por fim, o tempo destinado para a coleta de depoimentos limitou a quantidade de unidades-caso estudadas, bem como a localização dessas unidades em cidades previamente selecionadas. Recomenda-se, para estudos futuros, a utilização de perspectivas de outros atores, como os agentes interdisciplinares e os usuários, para que sejam obtidos outros pontos de vista e seja enriquecida a descrição e análise.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. F. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARAVENA, A.; IACOBELLI, A. **Elemental**: incremental housing and participatory design manual. Alemanha: Hatje Cantz Verlag, 2016.
- BARAVELLI, J. E. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Habitat)— Universidade de São Paulo, 2006.
- BARENBOIM, C. A.; AGUDELO, M. F. C. Evolución de las políticas habitacionales en Uruguay (período 1870-2000). **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, v. 3, n. 6, p. 168-181, 2010.
- BARROS, R.R.; PINA, S.A.M.G. Sinfonia inacabada da habitação coletiva: lições a partir do PREVI para uma arquitetura de possibilidades. **Ambiente Construído**, v. 12, n. 3, p. 7-26, 2012.
- BLUNDELL-JONES, P.; PETRESCU, D.; TILL, J. (Eds.). **Architecture and participation**. New York: Spon Press, 2005.
- BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. *In*: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. [s.l.] Alfa Ômega, 1979.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI, N. G. **Construindo territórios de utopia**: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de São Paulo, 1986.

- BURGUIÈRE, E. *et al.* **Produção social da moradia no Brasil: panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- CAMARGO, C. M. D. **Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2016.
- CECILIO, M. El cooperativismo de viviendas, proceso de gestación. *In:* VALLÉS, R.; CASTILLO, A. D. (Eds.). **Cooperativas de Vivienda en Uruguay: medio siglo de experiencias.** 2 ed. Montevideo, Uruguay: Facultad de Arquitectura de la Universidad de la República, 2015, (p. 23–36.).
- CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. *In:* VALLADARES, L. P. (Ed.). **Habitação em questão** Rio de Janeiro: Zahar, 1980, (p. 49–68).
- FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: FUPAM; LABHAB, 2012.
- FERRO, S. O canteiro e o desenho. *In:* FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- GONZÁLEZ, G. El problema de la vivienda y la Producción Social del Habítat, del Sur al Norte de América Latina. *In:* **El Camino Posible: Producción Social del Habitat en América Latina.** Montevideo: Trilce, 2011. p. 239–250.
- GONZÁLEZ, G. **Una historia de FUCVAM.** Montevideo, Uruguay: Trilce, 2013.
- HABRAKEN, N. J. Towards a new professional role. **Design Studies**, v. 7, n. 3, p. 139–152, 1986.
- LAWRENCE J., R. Basic principles for public participation in house planning. **Design Studies**, v. 8, n. 2, p. 102–108, abr. 1987.
- MARICATO, E. Autoconstrução: a arquitetura possível. *In:* **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982. p. 71–93.
- MARTINS, L. M. **Direito à arquitetura: inventário da produção das assessorias técnicas paulistas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade Estadual de São Paulo, 2019.
- MINEIRO, E. H.; RODRIGUES, E. Do crédito solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. *In:* LAGO, L. C. (Ed.). **Autogestão habitacional no Brasil: Utopias e contradições.** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2012. p. 19–48.
- MIOTO, B. T. **As políticas habitacionais no subdesenvolvimento: os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/2013).** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

- NAHOUM, B. *et al.* **Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas: Una historia con quince mil protagonistas.** [s.l.] Intendencia Municipal de Montevideo, 2008.
- FLORES, E. O. (ed.). **El camino posible: Producción Social del Hábitat en América Latina.** Montevideo: Trilce, 2011.
- PAULICHEN, L.; LEITE, R. M.; PINA, S. A.M. G. Resilience in Architecture: Housing as a Process. **Strategic Design Research Journal**, v. 12, p. 383 -401, 2019.
- RIZEK, C. S.; BARROS, J.; BERGAMIN, M. D. A. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: construindo algumas questões. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, p. 31, 2003.
- RONCONI, R. L. N. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão.** (O programa FUNAPS comunitário). Dissertação (Mestrado em Arquitetura)— Universidade de São Paulo, 1995.
- RUFINO, M. B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Eds.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 51-70.
- SANOFF, H. **Designing with community participation.** Stroudsburg: Dowden, Hutchinsonson and Ross, 1978.
- SANOFF, H. (Ed.). **Participatory Design: Theory and techniques.** [s.l: s.n.].
- SANOFF, H. **Community participation methods in design and planning.** New York: John Wiley and Sons, 2000.
- SANTO AMORE, C. Assessoria e Assistência Técnica: Arquitetura e Comunidade na Política Pública de Habitação de Interesse Social. Seminário URBFAVELAS 2016. Anais... In: **II Seminário Nacional Sobre Urbanização De Favelas.** Rio de Janeiro, 2016.
- SANTOS, B. S. **A Gramática do Tempo.** São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHNEIDER, T.; TILL, J. Flexible housing: opportunities and limits. **Architectural Research Quarterly**, v. 9, n. 2, p.157-166, 2005.
- URUGUAY. 13.728. **Ley Nacional de Vivienda.** 17 dez. 1968.
- VALLÉS, R.; CASTILLO, A. D. **Cooperativas de vivienda en Uruguay: Medio Siglo de Experiencias.** 2.ed. Montevideo, Uruguay: Facultad de Arquitectura de la Universidad de la República, 2015.
- VAZ, L. F. **Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.